

Cristovam recebeu relatório da P2

Governador não apenas sabia das atividades dos arapongas da PM, como teve em mãos documentos sobre greve de policiais civis

Fátima Xavier
Da equipe do Correio

No dia 22 de dezembro de 1995 o governador Cristovam Buarque teve em mãos um relatório do serviço secreto da Polícia Militar, a P2, outro da Divisão de Segurança do Gabinete Militar, dez fotografias e uma fita de vídeo da manifestação dos policiais civis realizada dois dias antes, na Praça do Buriti, contra o atraso do pagamento do 13º salário.

Os relatórios, as fotos — pelo menos três tiradas de dentro do Palácio do Buriti — e a fita de vídeo foram encaminhados ao governador no dia 21 de dezembro pelo coronel Túlio Cabral Moreira, então chefe da Casa Militar, com a sugestão para que fosse feita a apuração do uso de carros oficiais e ofensas à pessoa do



governador que “configuram perturbação do sossego público e outras ilicitudes”.

Na seqüência, Cristovam concorda e remete os documentos ao secretário de Segurança, na época, general Gilberto Serra, “para as devidas providências”. O general, então, abre o Processo Disciplinar Nº 6/96 no início do ano para investigar e punir 93 policiais que foram identificados participando da manifestação. Desses, segundo o secretário-adjunto de Segurança, Mauro Aguiar Machado, 51 policiais já foram indiciados.

Mauro confirmou, ontem, que o processo disciplinar se baseou nas informações apuradas pela P2. Consta ainda do processo, além dos relatórios, o número de carros oficiais utilizados pela Polícia Civil, as fotos, a fita de vídeo e os nomes dos policiais identificados pelos arapongas.

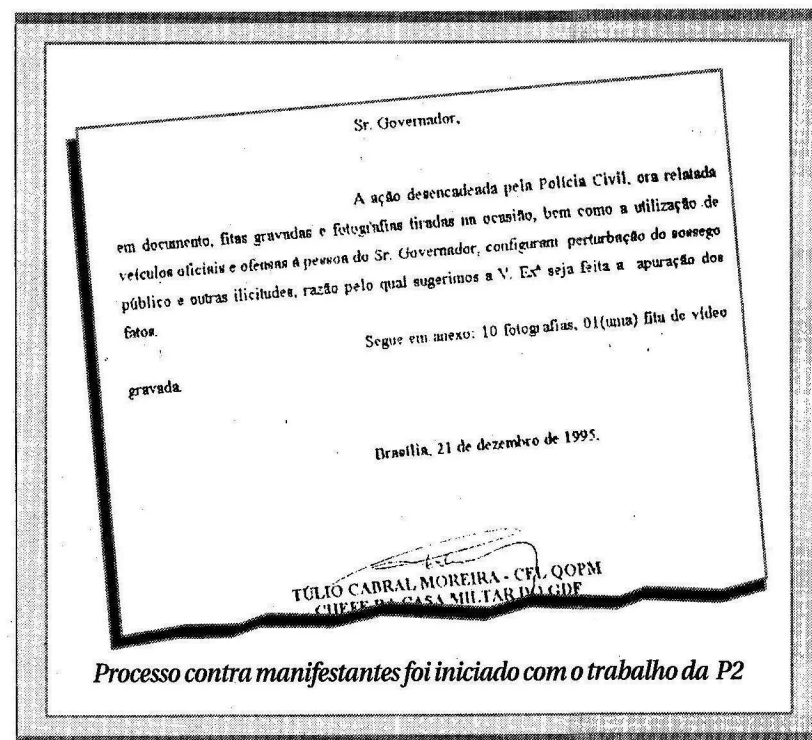
Cristovam admite que recebeu os relatórios do coronel Túlio — “Sei lá se era da P2 ou da P5” — e confirma que mandou abrir o inquérito contra os manifestantes. Ele garante que não sabia apenas que a P2 investigava a vida pessoal dos políticos.

Já o coronel Túlio Cabral mentiu em várias oportunidades. Em depoimento na Câmara Legislativa, por exemplo, disse que a P2 não fazia investigação política. Para o *Correio Braziliense*, informou que apenas uma vez entregou um relatório ao governador, que “não leu e resgou”.

GREVE

No relatório de uma página e meia da P2, a manifestação foi tratada como “Movimento paredista dos Policiais Civis da Secretaria de Segurança do Distrito Federal”.

Nele, os arapongas informam que os policiais civis de nível médio, coordenados pelo Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol), filiado à CUT, paralisaram suas atividades a partir das 8h00 em protesto pelo não pagamento da segunda parcela do 13º salário, fizeram uma “rápida” assembléia com a presença de 400 policiais e foram em carreta até à Coordena-



ção de Polícia Especializada e, depois, para o Palácio do Buriti onde realizaram um ato público.

“Enquanto uma comissão adentrava ao Palácio, várias pessoas fizeram uso da palavra para criticar o go-

vernador...e teve policial que chegou a ressaltar que o governador deveria tirar a bunda do assento da cadeira e ir procurar resolver os problemas da segurança junto ao Governo Federal”, informa a P2.

Mão no fogo, mão queimada

O governador Cristovam Buarque passou a semana toda negando que conhecesse os relatórios do serviço secreto da Polícia Militar e botou a mão no fogo pelo coronel Túlio Cabral, seu ex-chefe do Gabinete Militar, dizendo que ele também desconhecia as atividades dos arapongas.

Na quinta-feira, em entrevista exclusiva ao *Correio Braziliense*, publicada ontem, o governador voltou a negar e por nove vezes afirmou desconhecer os relatórios da P2 e como o serviço secreto funcionava. Cristovam disse que recebia do Gabinete Militar apenas resenhas que o informavam sobre “acontecimentos diários”.

Não era bem assim. O relatório da P2 sobre a manifestação dos policiais civis em dezembro do ano passado é resultado da infiltração de policiais militares no movimento sindical de uma categoria civil. E não apenas foi encaminhado pelo coronel Túlio como foram anexadas 10 fotografias e uma fita de vídeo gravada.

TÉCNICA

Os detalhes que chegaram às mãos de Cristovam apontados pelos arapongas são tão ricos que é impossível não perceber que são fruto do trabalho de espões, infiltrados, naturalmente. O governador acha que isso é uma questão técnica.

Ele disse também na entrevista exclusiva que nunca esteve atento para quem colhia as informações da resenha. Ontem, Cristovam afirmou que sempre soube “que a P2 existia para investigar policiais e a manifestação era de policiais”. É verdade, 80% das investigações da P2 são sobre o comportamento de poli-

ciais...militares.

“Essa manifestação foi uma molecagem como eu disse na época, o salário tinha sofrido um atraso de apenas quatro horas”, disse.

“Tivemos logo a idéia de que os policiais estavam armados”, lembrou o governador repetindo que a PM precisava garantir a sua segurança e a do Palácio do Buriti. “Não nego que mandei abrir inquérito, os policiais abandonaram seus postos de serviço”, garantiu.

ARMAS

Nos relatórios da P2 e do Gabinete Militar não há referência ao uso de armas. O coronel Túlio pede a apuração por considerar a manifestação “perturbação do sossego público”.

Quanto ao fato do PT e da CUT apoiarem a manifestação dos policiais civis, o governador recomendou que se cobrasse a postura do PT. “Eu sempre fui contra, como professor, que se interrompesse uma aula para fazer manifestação, como aprovaria que a Polícia abandonasse seu posto?”.

Para o deputado distrital Renato Rainha (PL), citado nos dois relatórios, está claro que o governador e o coronel Túlio tinham conhecimentos das práticas de infiltração da P2.

“O que nos surpreende ainda mais é um governador do PT mandar instalar processo disciplinar para punir participantes de uma manifestação sindical”, disse Rainha. Ele lembra que o partido de Cristovam defendeu os policiais quando houve a troca de tiros em frente ao Palácio em 1989: “Para o PT, a manifestação de 89 foi democrática”, garante.

MEMÓRIA

Jefferson Rudy 20.12.95



Os policiais fecharam o Eixo Monumental em frente ao Buriti em dezembro, para exigir o 13º salário

Muito trabalho na greve da polícia

Vinte de dezembro do ano passado foi um dia cheio para o serviço secreto da PM. E difícil de arapongar, pois a manifestação de frente ao Buriti era da Polícia Civil.

Mais de 300 homens e cerca de 150 viaturas policiais fecharam o Eixo Monumental, às 9h, após carreta desde a sede do sindicato.

Os policiais civis exigiam o

pagamento da segunda parcela do 13º salário e irritaram Cristovam Buarque, que ameaçou: “Isso é indisciplina. Vamos apurar os responsáveis porque essa gente vai ser punida”.

O protesto era também contra o projeto de reorganização estrutural da Polícia Civil, que tinha sido aprovado pela Câmara Federal.

As delegacias estavam paradas desde o dia anterior e o presidente do Sinpol, João Braz Neto, prometia: “Só voltamos a trabalhar quando o dinheiro for depositado”.

Ao receber uma comissão dos policiais, a vice-governadora Arlete Sampaio justificou: “O problema é que o cofre não é nosso e nem é nossa a chave”.

O discurso mais contundente na opinião dos arapongas foi, no entanto, “o do deputado delegado Renato Rainha que chamou o governador de moleque por não honrar seus compromissos”.

O relatório conta ainda que “os ânimos se exaltaram quando um agente de inteligência da PM2 foi detectado junto aos manifestantes, mas logo acalmados pela intervenção dos participantes mais comedidos”.

O relatório da Divisão de Segurança do Gabinete Militar, um pouco mais longo — duas páginas — que o da P2, é dirigido ao chefe do Gabinete, coronel Túlio e assinado pelo tenente coronel da PM Anibal Person Neto.

Person relata os fatos com muito mais detalhes que a P2. Ele chega a identificar o agente infiltrado como o cabo Antônio Luiz Paes Landim e acusa os policiais civis de terem tomado do agente as chaves do Fusca que estava a serviço do Gabinete Militar e “uma folha de cheque de nº 000300 do BRB — Agência 203”. O militar informa ainda a placa de sete carros da Polícia Civil que estariam sendo usadas na manifestação e as delegacias a que pertenciam.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Incoerências e contradições

Não é preciso ser um *chevalier Dupin* — personagem de Edgar Allan Poe, dono de interpretações mirabolantes — para constatar que o governador Cristovam Buarque pratica uma incoerência política ao admitir que conhecia os documentos do serviço secreto da Polícia Militar, a P2, divulgados hoje pelo *Correio*. E não vê nada de errado neles. Afinal, ele vem de um partido que, enquanto era oposição, sempre condenou tais recursos e as organizações que os praticam.

Não é possível afirmar, no entanto, a partir dos mesmos documentos, que Cristovam conhecesse a totalidade da extensão do monstro — a espionagem contra políticos, partidos e outros sindicatos revelada no começo da série de matérias do *Correio* sobre a P2.

Mas é certo que o governador, ao admitir que conhecia a árvore genealógica dos documentos apresentados nesta edição, cai em contradição. Desde o início do escândalo, Cristovam alegou desconhecer a atividade e qualquer documento produzido pelos arapongas do Buriti.